



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Roberto Monteiro Pai PL - RJ

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, de 2026

(Do Sr. ROBERTO MONTEIRO PAI)

Apresentação: 27/05/2026 10:13:12.010 - Mesa

RIC n.1483/2026

Solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca da Operação Mare Liberum, deflagrada para apurar esquema de corrupção na fiscalização aduaneira do Porto do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao **Ministro de Estado da Fazenda**, nos seguintes termos:

1. Quais foram os fatos apurados pela Receita Federal, pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal no âmbito da Operação Mare Liberum, deflagrada para investigar esquema de corrupção na fiscalização aduaneira do Porto do Rio de Janeiro;
2. Quantos servidores da Receita Federal foram afastados de suas funções em razão da operação, discriminando, quando possível, os cargos ocupados e as unidades de lotação;
3. Quantos despachantes aduaneiros, empresários, empresas importadoras ou demais particulares são investigados por suposto envolvimento no esquema;
4. Qual o período exato abrangido pelas investigações e quais critérios foram utilizados para identificar cerca de 17 mil declarações de importação potencialmente irregulares;



* C D 2 6 9 5 2 4 9 3 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Roberto Monteiro Pai PL - RJ

5. Qual o valor total das mercadorias vinculadas às declarações de importação sob suspeita e qual a estimativa preliminar de tributos, multas ou demais valores que podem ter deixado de ser recolhidos aos cofres públicos;
6. Quais tipos de irregularidades foram identificadas no desembaraço aduaneiro, especialmente em relação à reclassificação indevida de mercadorias, liberação de produtos sujeitos a controle sanitário ou mudança de tratamento fiscal;
7. Se há indícios de entrada irregular de mercadorias proibidas, restritas ou sujeitas à anuência de outros órgãos públicos, indicando quais providências foram adotadas para mitigar riscos à saúde, à segurança e à ordem econômica;
8. Quais medidas administrativas, disciplinares e patrimoniais foram adotadas contra os servidores investigados, incluindo afastamentos, sindicâncias, processos administrativos disciplinares, bloqueios de bens e medidas de ressarcimento ao erário;
9. Quais valores em espécie, bens, documentos, equipamentos eletrônicos ou outros elementos foram apreendidos no cumprimento dos mandados de busca e apreensão;
10. Se a Receita Federal já identificou empresas beneficiadas pelo suposto esquema e quais providências estão sendo adotadas para responsabilização administrativa, tributária e eventual cobrança dos créditos devidos;
11. Quais medidas emergenciais foram adotadas para manter o funcionamento da fiscalização aduaneira no Porto do Rio de Janeiro após o afastamento dos servidores investigados, inclusive quanto ao deslocamento de servidores de outras unidades;
12. Quais alterações de procedimentos, controles internos, mecanismos de auditoria, sistemas de distribuição de processos e protocolos de integridade serão implementados para evitar a repetição de fraudes semelhantes;
13. Se o Ministério da Fazenda possui diagnóstico sobre vulnerabilidades estruturais da fiscalização aduaneira em portos brasileiros e quais medidas estão previstas para fortalecer a integridade, a transparência e a capacidade operacional da Receita Federal no controle do comércio exterior.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Roberto Monteiro Pai PL - RJ

JUSTIFICATIVA

Foi noticiado que a Receita Federal, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal deflagraram, em 28 de abril de 2026, a Operação Mare Liberum, com o objetivo de desarticular esquema de corrupção instalado na fiscalização aduaneira do Porto do Rio de Janeiro.

Segundo as informações divulgadas, a investigação teve início em fevereiro de 2022 e apontou a existência de organização criminosa estruturada, formada por servidores públicos, despachantes aduaneiros e empresários, que atuavam de forma coordenada para viabilizar o desembaraço irregular de mercadorias importadas mediante pagamento de propina.

Foram identificadas cerca de 17 mil declarações de importação potencialmente irregulares, correspondentes a aproximadamente R\$ 86,6 bilhões em mercadorias entre julho de 2021 e março de 2026. A apuração também aponta possíveis prejuízos bilionários à arrecadação, fragilização dos controles aduaneiros e risco de ingresso irregular de produtos sujeitos a controle de outros órgãos públicos.

Diante da gravidade dos fatos, da necessidade de preservação da integridade da administração tributária e do impacto potencial sobre a arrecadação federal, a concorrência leal, a segurança pública e o controle do comércio exterior, faz-se necessário obter informações detalhadas do Ministério da Fazenda, a fim de subsidiar o exercício da função fiscalizatória do Parlamento.

Sala das Sessões, 04 de maio de 2026.

Roberto Monteiro Pai (PL/RJ)

Deputado Federal

Apresentação: 27/05/2026 10:13:12.010 - Mesa

RIC n.1483/2026



* C D 2 6 9 5 2 4 9 3 3 0 0 0 *